

## **O orçamento público de Saúde em 2004 e a Saúde do Trabalhador**

A análise dos números do orçamento federal para o setor Saúde em 2004 revela que a União pretende gastar R\$ 182 bilhões pagando juros da dívida pública, R\$ 160 bilhões com a Previdência e R\$ 34 bilhões com a Saúde. Economistas estimam que a área ficou com 15% do orçamento líquido e a Previdência com 70%, descontados os gastos com a dívida pública. Em números brutos, os gastos com saúde aumentaram 25% em relação ao ano de 2003.

Se for feita a opção de análise “por dentro” do orçamento da Saúde, existem duas constatações. A primeira é de que o orçamento nacional do setor aumentou a quantia bruta de recursos em 25%, o que certamente corrige o que a Emenda Constitucional 29 exigia e que o Governo FHC sistematicamente não cumpriu. A Segunda é que o número bruto só permite análise correspondente no caso de as atividades serem as mesmas e isso quase não aconteceu. Só continua possível essa comparação por que de outubro a dezembro de 2003 ganhou-se a luta pela preservação do perfil do orçamento do SUS – Sistema Único de Saúde contra a proposta orçamentária governamental inicial que incluía atividades que nunca fizeram parte dele como saneamento e combate à fome e à pobreza.

A luta pela preservação do orçamento da Saúde em 2004 foi compartilhada por todos os profissionais de saúde do SUS, organizações sociais ligadas ao setor, políticos de todos os partidos, inclusive do PT, centrais sindicais e até o judiciário. Um dos aspectos fundamentais foi o alerta do Poder Judiciário de que a Constituição estava sendo quebrada por que o orçamento proposto não detalhava os números da saúde com os elementos históricos habituais.

Dessa maneira ficou disponível para atividades do SUS um montante efetivamente 25% maior, que cumpre o que manda a Constituição e atende parte das expectativas da população e profissionais do setor. Esse orçamento poderá ou não ser executado, na dependência das reservas de contingência determinadas pelo Ministério da Fazenda, que podem “fechar a torneira” e tornar letra morta o que está autorizado no papel pelo Congresso Nacional.

Um aspecto negativo da luta pela preservação do orçamento da Saúde contra a proposta enviada ao Congresso em 2003 foi a recusa política do Presidente Lula em reconhecer sua legitimidade, ao chamar os que defendiam o orçamento real de “Lobistas da Saúde”. O Presidente colocou na mesma panela os militantes da Saúde e os representantes comerciais que são pagos por empresas para “convencer” parlamentares a mudar suas posições políticas. Recebeu em troca as mais polidas respostas enviadas por sanitaristas históricos dizendo que ele deveria aprender a distinguir entre os defensores do direito público à saúde e os mercantilistas que sugam dinheiro do Estado.

De todo modo, os tropeços orçamentários de 2003 foram corrigidos por emendas dos parlamentares em novembro último, além de ser garantido que as destinações fundamentais contra a fome e a falta de água e esgoto não iriam emagrecer justamente o orçamento da Saúde.

Infelizmente, esses tropeços do governo não são conseqüências exclusivamente das dificuldades orçamentárias. O orçamento reflete o tamanho da prioridade governamental para o setor e a saúde hoje significa apenas 5,5% do gasto nacional e, isso já incluídos os juros da dívida, enquanto a educação significa somente 2,5% do montante. Esse é o tamanho do problema.

Do ponto de vista da Saúde do Trabalhador, o governo atual tem o mérito de envolver técnicos que são militantes competentes e históricos na luta. Nos últimos 20 anos, nunca se reuniu no governo tantos quadros técnicos nacionais com competência para integrar a assistência à saúde e a prevenção com as atividades da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Meio Ambiente. Nunca o diálogo entre os técnicos de 2º e 3º nível de governo esteve tão próximo e articulado para que as ações sejam coerentes e eficazes.

No entanto, a alocação dos recursos para integrar a prevenção das doenças nos ambientes do trabalho ainda é meramente simbólica - menor que 1% do setor Saúde - se considerarmos que a votação recebida pelo governo veio principalmente na esteira dos trabalhadores organizados e das centrais sindicais. Algo diz que a magnitude das ações governamentais espelha um problema não resolvido e aqui é necessário ousar ir além dos números.

Salvo exceções históricas, como o DIESAT e o INST (Instituto Nacional de Saúde no Trabalho da CUT), os trabalhadores do setor formal que se organizam através de seus sindicatos e centrais de fato não tiveram a percepção política, de que fosse necessário o controle da máquina pública do SUS, segundo o ponto de vista da classe trabalhadora.

As centrais sindicais atuam predominantemente na perspectiva anterior ao SUS, quando até 1990 a "Saúde" era somente a contratação de assistência médica privada ou constituição de serviços assistenciais próprios. Como o pensamento das centrais e sindicatos não mudou, também não mudou o discurso do presidente. Mais irônico ainda é que um médico sanitarista seja ministro da Fazenda e corte recursos destinados à Saúde.

O trágico é que o tempo histórico para as centrais sindicais e sindicatos conquistarem essa percepção social distinta da Saúde Pública, e do que significa dentro dela a saúde do trabalhador, é menor do que a ganância das multinacionais de seguros em tomar de volta na marra o que perderam quando a Constituição Brasileira criou o SUS. Mas discutir isso aí seriam "outros 500".